

FNE apela à mobilização dos docentes

A FNE convoca uma Greve Nacional para o dia 6 de junho de 2023 como forma de demonstração do enorme descontentamento dos professores portugueses face ao modo como o Governo e particularmente o Ministério da Educação têm conduzido os processos negociais.

Com esta Greve, numa luta que já vai longa, reafirmamos não desistir das nossas justas e legítimas reivindicações e que o Governo teima em não querer encontrar solução.

Como resultado, temos hoje docentes desmotivados, doentes, deslocados, mal remunerados, ultrapassados, em carreiras desajustadas e sem perspectivas de progressão. É por isso o momento de dizer ao Governo, através de uma forte adesão à Greve, que os professores estão unidos e que não desistirão de lutar pelos seus direitos.

A FNE e os seus sindicatos não podem aceitar que o Governo mantenha uma política que insiste na desvalorização da profissão docente e que promove verdadeiros “apagões” do tempo de serviço prestado para efeitos de progressão na carreira.

Este é apenas um exemplo de como a engenharia financeira do Governo utiliza a remuneração dos trabalhadores para fazer poupanças, ao mesmo tempo que tenta passar a imagem de que está a dar alguma coisa aos trabalhadores quando, na realidade, está a retirar-lhes o direito a uma carreira digna.

Perante este embuste, a FNE e os seus sindicatos envidarão todos os esforços e não desistirão da contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira.

No dia 6 de junho, os professores vão mostrar ao Governo que não pode virar as costas aos problemas que gerou e que tem alimentado através de uma postura inflexível e geradora de um crescente mal-estar nas escolas.

Esta Greve servirá ainda para exigir políticas concretas de valorização dos trabalhadores, reconhecendo a sua importância na prestação do serviço público de Educação.

Assim, no dia 6 de junho, os professores portugueses estarão em Greve reivindicando:

- A recuperação total do tempo de serviço congelado, ainda que de forma faseada, para efeitos de posicionamento em Carreira;
- A recuperação do tempo de serviço perdido nas transições de carreira, permitindo assim acabar com as injustas ultrapassagens na carreira;
- A eliminação das vagas no acesso aos 5.º e 7.º escalões, constrangimento que desvaloriza a carreira docente;
- A atualização das remunerações da carreira docente;
- A criação de estímulos justos e eficazes, capazes de atrair professores para zonas desfavorecidas ou com manifesta falta de docentes;
- A eliminação da precariedade que continua a sustentar indevidamente o funcionamento das escolas;

- A alteração da Avaliação de Desempenho Docente, tornando-a justa, rigorosa e privilegiando a componente pedagógica do trabalho de cada docente, rejeitando-se que a transformem num mecanismo meramente punitivo ou que constitua um mero exercício burocrático-administrativo sem outras consequências que não sejam meramente economicistas;
- A garantia do direito à saúde e segurança no trabalho, que o empregador Estado insiste em não respeitar, afirmando-se como um dos piores exemplos nesta matéria;
- A criação de um novo regime específico de mobilidade por doença, que efetivamente garanta a deslocação para agrupamento de escolas ou EnA que se situem perto do local de prestação de cuidados médicos ou dos apoios a prestar, a todos os docentes a quem seja reconhecida a imperiosa necessidade de proteção e apoio na situação de doença especialmente grave e incapacitante;
- O estabelecimento de normas favoráveis a ambientes seguros e saudáveis para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem com qualidade;
- A distribuição e organização do tempo de trabalho e o seu conteúdo, adaptando-o às exigências e de modo a garantir a conciliação efetiva do tempo de trabalho com a vida pessoal e familiar;
- O estabelecimento de uma nova formulação para a composição do tempo de trabalho dos docentes, clarificando o conteúdo da componente letiva, da componente não letiva e da componente individual de trabalho, com a consequente libertação de todos os procedimentos burocrático-administrativos inúteis, assegurando um efetivo respeito pelos limites do tempo de trabalho.
- Condições específicas que garantam a aposentação digna, sem penalizações, tendo em conta o especial desgaste que o trabalho em educação provoca;
- A garantia dos recursos necessários às Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva em todas as escolas, com os devidos docentes e técnicos especializados.
- A atribuição de incentivos para a frequência de cursos de formação inicial de professores e remunerar os estágios profissionais para a docência;
- A estabilidade do corpo docente, através de concursos que garantam o respeito pelas suas opções e da graduação profissional em todas as etapas concursais, não “coagindo” os docentes a terem de concorrer para onde não querem e obrigando-os a ter de trabalhar em várias escolas, deslocando-se com a casa ou a mochila às costas.

A FNE, enquanto legítima representante dos trabalhadores, condena o atual estado da negociação e manifesta total disponibilidade para desenvolver processos negociais que visem obter resultados concretos de melhoria das condições de trabalho, das remunerações e da carreira docente.

A FNE manifesta ainda total apoio às ações de luta que se venham a desenvolver tendo em vista a valorização e a dignificação da carreira docente.

A ausência de respostas e compromissos concretos e sérios relativamente às reivindicações apresentadas representarão a manutenção dos pressupostos que estão na base da convocação desta Greve, facto que conduzirá, inevitavelmente, ao desenvolvimento de mais ações de luta, que poderão decorrer até ao final do presente ano escolar e ter continuidade, desde o primeiro dia, do ano escolar 2023/2024.

O XIII Congresso da FNE, realizado nos dias 20 e 21 de maio de 2023, em Aveiro, aprova a presente resolução e a sua entrega ao Ministro da Educação, de modo a frisar, uma vez mais, as razões que conduziram à convocação desta grande jornada de luta, e instando o Governo a dar passos firme e decididos no sentido da resolução das questões que mais preocupam os docentes, permitindo retomar a normalidade há muito prometida.